

**BAHEMA S.A.**

CNPJ/MF nº 45.987.245/0001-92

NIRE 35.300.185.366

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2019**

Senhores acionistas,

A Administração da Bahema S.A. (“Companhia”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481”), vem apresentar a V. Sas. as propostas abaixo, a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”). A AGO será realizada em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2019, às 9h30, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.369, 8º andar, conjuntos 812 a 815, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01452-000, observada a legislação societária vigente e as disposições do Estatuto Social da Companhia.

Atenciosamente,

**BAHEMA S.A.**

## **ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AGO**

Os acionistas detentores de ações da Companhia poderão comparecer à sede da Companhia na data da AGO e proferir seus votos ou, caso não possam fazer-se presentes, lhes é facultado nomear um procurador, observando-se as regras de legitimação e representação a seguir descritas, ou exercer seu voto por meio do preenchimento e envio do Boletim de Voto à distância, nos termos da Instrução CVM 481.

### **ACIONISTA PRESENTE:**

O acionista que desejar participar da AGO deverá se apresentar alguns minutos antes do horário indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:

- (i) pessoa física: documento de identificação com foto. Exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas;
- (ii) pessoa jurídica: documento de identificação com foto do representante legal do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica (ata de eleição de diretoria ou da administração);
- (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento: documento de identificação com foto do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso), acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador (ou gestor, conforme o caso), juntamente com a documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica.

### **ACIONISTA REPRESENTADO POR PROCURADOR:**

O acionista que não puder comparecer à AGO poderá ser representado por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, na forma prevista no parágrafo 1º do Art. 126 da Lei das Sociedades por Ações.

As procurações, nos termos do parágrafo 1º do Art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia, (ii) ser advogado ou (iii) ser instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos. Para os acionistas pessoas jurídicas, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da

CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2013 (Processo CVM RJ2014/3578), não há a necessidade de o mandatário cumprir qualquer dos requisitos elencados nos itens (i) a (iii) acima.

O acionista representado por procuração deverá seguir o seguinte procedimento:

Entrega dos Documentos de Representação	A Companhia solicita aos seus acionistas que, se possível, depositem na sede social da Companhia até às 9:30 do dia 28 de abril de 2018, ou seja, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia.
Documentos de Representação	(i) instrumento de mandato com observância dos requisitos previamente mencionados, conforme aplicável (Procuração); (ii) Estatuto Social ou Contrato Social e ata de eleição de diretores ou administradores, caso o acionista seja uma pessoa jurídica; (iii) e documento de identificação com foto do(a) procurador(a) ou representante legal.
Local de Entrega da Documentação de Representação	Sede social da Bahema S.A., localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.369, 8º andar, conjuntos 812 a 815, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01452-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A solicitação de entrega prévia da procuração, pelos acionistas que pretendem fazer-se representar por procurador legalmente constituído, tem por objetivo facilitar os trabalhos de preparação da AGO, não representando qualquer óbice à sua participação.

O Estatuto Social da Companhia não prevê a possibilidade de procurações outorgadas por meio eletrônico.

## **VIA BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA:**

Nos termos da Instrução CVM 481, a Companhia adotou o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas participem da AGO mediante o preenchimento e a entrega do boletim de voto à distância (“Boletim de Voto”), disponibilizado pela Companhia, nesta data, no seu website de relações com investidores ([www.bahema.com.br](http://www.bahema.com.br)), bem como nos websites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da AGO:

- (i) diretamente à Companhia;
- (ii) por instruções de preenchimento transmitidas a seus respectivos agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou
- (iii) por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador.

A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto à distância deverá ser recebido em até, no máximo, 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até às 23h:59min do dia 22 de abril de 2019.

## **Voto à Distância Exercido Diretamente:**

O acionista que optar por enviar o Boletim de Voto à distância diretamente à Companhia deverá encaminhar os seguintes documentos à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.369, 8º andar, conjuntos 812 a 815, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01452-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo:

- (i) via física do Boletim de Voto à distância devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) cópia dos documentos descritos no item de participação de Acionista Presente acima, conforme o caso.

Caso assim lhe convier, o acionista também poderá enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos acima para o endereço eletrônico [ri@bahema.com.br](mailto:ri@bahema.com.br).

Uma vez recebidos o Boletim de Voto à distância e os documentos que o tiverem acompanhado, a Companhia comunicará o acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos do art. 21-U da Instrução CVM 481.

## **Voto à Distância Exercido Por Intermédio de Prestadores de Serviços:**

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central, ou para a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários, no caso de ações que não estejam depositadas em depositário central, observadas as regras e prazos por esses determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com a Itaú Corretora de Valores S.A., conforme o caso, e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim de Voto à distância, bem como os documentos e informações que venham a ser por eles exigidos.

A Companhia esclarece que serão **desconsideradas** instruções de voto conflitantes, assim entendidas aquelas provenientes de um mesmo acionista que em relação a uma mesma deliberação tenha votado em sentidos distintos em instruções de voto entregues por prestadores de serviços diferentes.

## **Informações Adicionais**

Desde que o respectivo Boletim de Voto à distância seja considerado válido pela Companhia, o acionista que decidir votar à distância será considerado presente para todos os efeitos da Lei das Sociedades por Ações.

Durante o prazo de votação à distância, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes julgar necessário, prevalecendo aquela da qual constar, validamente, a data mais próxima à data de realização da AGO.

A instrução de voto proveniente de um mesmo acionista será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, conforme o caso, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo agente escriturador.

Caso haja divergência entre as informações constantes de eventual Boletim de Voto à Distância enviado diretamente à Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação enviado pelo escriturador em relação a um mesmo acionista, a instrução de voto contida no mapa de votação enviado pelo agente escriturador prevalecerá, sendo desconsiderado o referido Boletim de Voto recebido pela Companhia.

Também serão desconsideradas, pela mesa da AGO, instruções de voto à distância de acionistas ou representantes de acionistas que, comparecendo fisicamente à AGO, solicitarem exercer o voto presencialmente.

Lembramos, por fim, que a equipe de Relações com Investidores está ao dispor para esclarecer quaisquer dúvidas sobre procedimentos, prazos e matérias para deliberação através dos seguintes canais de comunicação:

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 2369 - 8º andar - cj 812/815

Jd. Paulistano - São Paulo - SP- BRASIL

CEP: 01452-000

Telefone: (55 11) 3081-7142

E-mail: [ri@bahema.com.br](mailto:ri@bahema.com.br)

**BAHEMA S.A.**

CNPJ/MF nº 45.987.245/0001-92

NIRE 35.300.185.366

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas da BAHEMA S.A. (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da Companhia, a ser realizada em 29 de abril de 2019, às 9h30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.369, 8º andar, conjuntos 812 a 815, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01452-000, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes; (ii) aprovar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, com utilização de reserva de lucro e parte da reserva legal para absorção do prejuízo apurado; (iii) definir o número de membros do Conselho de Administração e eleição dos membros do Conselho de Administração; e (iv) fixar o montante global da remuneração dos administradores para o exercício social de 2019.

Observações:

1. Poderão participar da Assembleia Geral Ordinária, ora convocada, os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam nesta Proposta da Administração:

**PRESENCIAL:** os acionistas titulares das ações de emissão da Companhia poderão participar da AGO, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária das ações – Itaú Corretora de Valores S.A., e portando os seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento - cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

**PROCURAÇÃO:** As procurações poderão ser outorgadas de forma física, observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Proposta da Administração. O representante legal do acionista deverá comparecer à AGO munido da procuração e demais documentos indicados nesta Proposta da Administração, além de documento que comprove a sua identidade.

**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA:** A Companhia disponibilizará para essa AGO o sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM 481, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes nesta Proposta da Administração.

A Companhia solicita aos seus acionistas que, caso possível, depositem os documentos indicados nesta Proposta da Administração, na sede social da Companhia, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. Nos termos do artigo 5º, §2º, da Instrução CVM 481, o acionista que comparecer à assembleia munido dos documentos exigidos poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

2. Esta Proposta da Administração para a AGO conforme previsto na Instrução CVM 481 e os demais documentos a ela relativos encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e na internet, nos endereços eletrônicos da Companhia ([www.bahema.com.br](http://www.bahema.com.br)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). Além disso, os demais documentos exigidos nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76 se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia; e os demais documentos exigidos nos termos do art. 9º da Instrução CVM 481 foram disponibilizados.

São Paulo, 29 de março de 2019.  
Guilherme Affonso Ferreira  
Presidente do Conselho de Administração

## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

### ORDEM DO DIA:

*(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.*

A proposta da Administração da Companhia é pela aprovação do Relatório de Administração, bem como das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das suas respectivas notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, que aprovaram o balanço da Companhia referente ao exercício social de 2018, sem ressalvas.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, o relatório dos administradores, as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes foram divulgados em separado e estão disponíveis à consulta de V. Sas. na página eletrônica da Companhia ([www.bahema.com.br](http://www.bahema.com.br)), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) na rede mundial de computadores (internet).

Em atendimento ao disposto no artigo 9º, inciso III da Instrução CVM 481, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, estão disponíveis abaixo e nas páginas eletrônicas mencionadas acima..

## COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

*Comentário dos Administradores da Companhia, em atendimento ao Art. 9º da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009.*

### 10.1 Condições Financeiras e Patrimoniais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais
Os Diretores entendem que a Bahema S.A. apresenta condições financeiras e patrimoniais gerais compatíveis com o negócio da companhia. A carteira de investimentos financeiros é composta, em sua quase totalidade, por ativos de liquidez imediata. Em contrapartida a carteira de investimentos operacionais é composta por participações societárias em instituições de ensino básico. A Companhia adota até agora postura conservadora em relação à utilização de recursos de terceiros, e ao final de 2018 o endividamento bancário é imaterial, composto basicamente de empréstimos e financiamentos de imobilizados em geral para manutenção da operação escolar.
b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas (em milhares de reais)
A Companhia contratou no final de 2018 a BR Partners para auxiliar na avaliação da sua estrutura de capital e entender as possibilidades para o futuro. Apesar de possuir um endividamento bancário imaterial, a Companhia tem a opção de compra de participações adicionais nas escolas em que já mantém relacionamento e também está estudando novas oportunidades de aquisição, conforme divulgado ao mercado. Para isso, será necessário levantar capital, seja via aumento do nível de endividamento, via emissão de novas ações ou uma solução híbrida. Ainda não há uma definição do caminho a seguir, mas a Companhia comunicará ao mercado assim que isso estiver claro.  Atualmente a Companhia não possui plano para resgate de ações.
c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos
As controladas indiretas Escola da Vila e Somater apresentam suficiente geração de caixa. A controladora Bahema S.A. apresenta confortável grau de liquidez, portanto apresenta capacidade de pagamento de todos os compromissos financeiros assumidos. A Companhia possui opções de compra de participações adicionais nas escolas em que já mantém relacionamento, mas não possui a obrigação de exercer tais opções. A única obrigação que pode existir é no caso das sócias minoritárias da controlada indireta Sovila resolverem exercer sua opção de venda dos 20% restantes, a partir de fevereiro de 2020. Nesse caso, dado o confortável grau de liquidez e a geração de caixa das controladas indiretas já mencionadas, a Bahema possui uma capacidade de pagamento adequada para a operação. Na posição de 31/12/2018 os investimentos financeiros de liquidez imediata alcançavam R\$13.168 mil e os compromissos financeiros com bancos são compostos basicamente de empréstimos e financiamentos de imobilizados em geral para manutenção da operação escolar no valor de R\$62 mil.
d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Em 31/12/18 a Companhia e suas controladas apresentam compromissos financeiros com bancos que são compostos basicamente de empréstimos e financiamentos de imobilizados em geral para manutenção da operação escolar no valor de R\$62 mil.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Dada a confortável posição de liquidez e o nível de endividamento imaterial, além da geração de caixa operacional de suas controladas indiretas, a Companhia tem a opção de buscar novas fontes de financiamento com instituições bancárias, além de estar considerando uma possível emissão de novas ações, conforme detalhado no item b) acima.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

Conforme descrito nos itens acima, o nível de endividamento da Companhia é imaterial. As dívidas tomadas são de empréstimos e financiamentos de imobilizados em geral para manutenção da operação escolar no valor de R\$62 mil da seguinte forma:

	Consolidado			
	Moeda	%- Taxas contratuais a.a.	Vencimentos	31/12/2018
<b>Empréstimos e financiamentos</b>				
BNDES <sup>(a)</sup>	R\$	6%	2019	45
Leasing <sup>(b)</sup>	R\$	23% a 29%	2017 a 2019	27
Encargos a apropriar				(10)
<b>Total</b>				<b>62</b>
Passivo circulante				62
Passivo não circulante				-
<b>Total</b>				<b>62</b>

(a) Empréstimo obtido para aquisição de ônibus escolares.

(b) Financiamentos para aquisição de notebooks, projetores, estabilizadores, entre outros equipamentos de informática.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados (em milhares de reais)

Ainda não há limites relevantes de financiamentos aprovados ou contratados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

### Análise do Balanço Patrimonial

Ativo	R\$mil		
Conta	2.018	2.017 <sup>(1)</sup>	2.016
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	15.790	37.551	29.685
Mensalidades a receber	1.024	1.758	-

Adiantamentos	493	310	-
Impostos a recuperar	722	440	4.098
Outros ativos	<u>1.214</u>	<u>1.030</u>	<u>7</u>
	<u>19.243</u>	<u>41.089</u>	<u>33.790</u>
Não circulante			
Impostos a recuperar	5.271	5.144	1.142
Depósitos judiciais	457	457	441
Outros ativos	3.909	1.545	-
Investimentos	12.791	10.353	670
Imobilizado	7.664	5.727	199
Intangível	<u>31.331</u>	<u>33.043</u>	<u>1</u>
	<u>61.423</u>	<u>56.269</u>	<u>2.453</u>
Total do ativo	<u>80.666</u>	<u>97.358</u>	<u>36.243</u>

<sup>(1)</sup> 2017 Em razão da aquisição de sociedades controladas diretas e indiretas terem ocorrido em 2017, bem como da inexistência de informações financeiras consolidadas em 2016 e 2015, via de regra, os comentários sobre o balanço patrimonial de 2018 e de 2017 a seguir referem-se aos números consolidados da Companhia e suas controladas.

A redução do caixa em 2018 no comparativo com 2017 deveu-se principalmente aos gastos com aquisição da Escola da Vila e ao investimento nas controladas do grupo. O aumento do caixa em 2017 no comparativo com 2016 é devido ao aumento de capital em setembro de 2017.

Os impostos a recuperar referem-se a IRPJ e CSL recolhidos a maior e não compensados em exercícios posteriores, e foram gerados nos resgates das aplicações de fundos de investimentos e apuração de base negativa de imposto de renda e contribuição social. O valor de R\$ 5.271 registrado em tributos a recuperar refere-se a pedido de restituição desses mesmos impostos. Em 2017 esses saldos foram reclassificados para o não circulante.

O aumento da conta de investimentos para R\$ 10.353, em 2017, refere-se principalmente à aquisição de 5% de participação na Progresso Participações S.A., sociedade mantenedora da Escola Parque no Rio de Janeiro, no valor de R\$ 7.750, investimento esse avaliado ao método de custo. A Bahema passará a concentrar sua atividade de investimentos no setor de educação, conforme adiante detalhado, e marca o retorno da companhia à participação direta em empresas.

#### Investimentos

Em 2016 a Bahema comunicou a seus acionistas e o mercado em geral uma importante decisão estratégica: realizar investimentos no setor de educação por meio da aquisição de escolas de ensino básico. Durante o 2º semestre do exercício de 2016 foram realizados diversos estudos nesse sentido, que finalmente se materializaram no início de 2017, através da aquisição de participações societárias em duas escolas. Conforme detalhado nos Fatos Relevantes de 14/02 e 02/03 e 30/06/17, a Companhia investiu um total de R\$44.834mil, sendo principalmente: R\$34.484mil na aquisição de 80% do capital social das sociedades mantenedoras da Escola da Vila, localizada em São Paulo, e R\$7.750mil na compra de 5% do capital social da Escola Parque, do Rio de Janeiro, valores que serão pagos de modo parcelado ao longo dos próximos 2 anos e sujeitos a certas condições. Adicionalmente, a Companhia anunciou a um

empréstimo de R\$1.750mil que tem em garantia 10% das ações da Escola Balão Vermelho, em Belo Horizonte. Nos 3 casos, há a opção de compra da totalidade do capital social.

Em 2018 o aumento de R\$ 2.438 refere-se principalmente ao aumento no empréstimo feito para as mantenedoras da Escola Balão Vermelho no valor de R\$ 1.980. Também foi feito um novo investimento em cotas da Escola Mais, totalizando 15% do capital dessa investida.

### Passivo

Conta	2.018	2.017 <sup>(1)</sup>	2.016
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	346	422	35
Empréstimos e financiamentos	62	62	-
Obrigações trabalhistas	2.469	2.197	14
Obrigações tributárias	1.100	1.350	677
Adiantamento de mensalidades	5.750	6.131	-
Dividendos a Pagar	3	45	430
Déficit atuarial a pagar	-	-	463
Outras contas a pagar	<u>8.590</u>	<u>12.415</u>	<u>371</u>
	<u>18.320</u>	<u>22.622</u>	<u>1.990</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	62	-
Obrigações tributárias	578	427	188
Provisão para contingências	324	791	180
Outras obrigações	<u>5.381</u>	<u>11.327</u>	<u>661</u>
	<u>6.283</u>	<u>12.607</u>	<u>1.029</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	56.088	56.088	26.395
Reservas de capital	33	33	33
Reservas de lucros	173	2.239	6.796
Ajustes de Avaliação Patrimonial	<u>(3.725)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>52.569</u>	<u>58.360</u>	<u>33.224</u>
Participação de acionistas não controladores	3.494	3.769	-
<b>Total do passivo</b>	<u><b>80.666</b></u>	<u><b>97.358</b></u>	<u><b>36.243</b></u>

<sup>(1)</sup> 2017 Em razão da aquisição de sociedades controladas diretas e indiretas terem ocorrido em 2017, bem como da inexistência de informações financeiras consolidadas em 2016 e 2015, via de regra, os comentários sobre o balanço patrimonial de 2018 e de 2017 a seguir referem-se aos números consolidados da Companhia e suas controladas.

A movimentação mais importante de 2018 e de 2017 no passivo está na rubrica “Outras contas a pagar” devido ao registro das ações a pagar pela aquisição da Escola da Vila. Em 2018 estas contas a pagar tem o valor total de R\$ 7.931 e R\$ 21.549 em 2017, conforme detalhado nas notas 3.1 e 19 das Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2018 e de 2017. Ressalta-se que em 2018 foi registrado

um passivo pela opção de venda que os acionistas minoritários da Escola da Vila possuem no valor de R\$ 3.724. As demais variações de 2017 são decorrentes da operação da Escola da Vila, com destaque para o saldo de adiantamento de mensalidades que registra o valor recebido em 2017 referente a cursos que serão atendidos no decorrer do exercício de 2018. Em 2016, a redução de impostos, tanto no passivo circulante quanto não circulante, se refere basicamente à quitação de débitos do programa REFIS. Outra evolução importante foi a redução da provisão do déficit atuarial do plano de previdência privada, que ao final de 2016 foi reduzido para R\$ 463. Em relação a este plano, cabe destacar que em agosto de 2014 a Bahema solicitou a retirada definitiva de patrocínio, que foi finalmente autorizada pela Previc em dezembro de 2016, estando totalmente liquidado em 2017.

## 10.2 Resultados Operacionais e Financeiros:

a) resultados das operações da Companhia			
Análise das Demonstrações do Resultado			
<b>Demonstrações de resultado</b>			<b>R\$mil</b>
<b>Conta</b>	<b>2.018</b>	<b>2.017<sup>(1)</sup></b>	<b>2.016</b>
<b>Receita líquida</b>	44.106	37.635	-
Custos	<u>-28.994</u>	<u>-21.615</u>	<u>-</u>
Lucro bruto	<u>15.112</u>	<u>16.020</u>	<u>-</u>
<b>Receitas e despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	-11.726	-10.795	-1.485
Remuneração dos administradores	-1.366	-1.144	-454
Remuneração do pessoal	-4.583	-3.278	-753
Benefícios do pessoal	-978	-580	-90
INSS	-1.436	-1.025	-251
FGTS	-383	-286	-263
Depreciações e amortizações	-990	-582	-27
Outras receitas/despesas	<u>3.998</u>	<u>-259</u>	<u>303</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	<u>-2.352</u>	<u>-1.929</u>	<u>-3.020</u>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Receitas financeiras	2.069	2.804	9.990
Despesas financeiras	<u>-1.796</u>	<u>-3.477</u>	<u>-5.150</u>
Resultado financeiro líquido	<u>273</u>	<u>-673</u>	<u>4.840</u>
Lucro do Exercício Antes dos Impostos	<u>-2.079</u>	<u>-2.602</u>	<u>1.820</u>
Impostos correntes	-487	-1.419	-189
Impostos diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b><u>-2.566</u></b>	<b><u>-4.021</u></b>	<b><u>1.631</u></b>
<b>Atribuído aos acionistas controladores</b>	<b>-2.108</b>	<b>-4.557</b>	<b>1.631</b>
<b>Atribuído aos acionistas não controladores</b>	<b>-458</b>	<b>536</b>	
Lucro (Prejuízo) básico por lote de mil ações – R\$	<b>-1,80</b>	<b>-5,41</b>	2,70
Número de ações do capital social	1.171.970	1.171.970	603.818

<sup>(1)</sup> 2017 Em razão da aquisição de sociedades controladas diretas e indiretas terem ocorrido em 2017, bem como da inexistência de informações financeiras consolidadas em 2016, via de regra, os comentários sobre o resultado de 2017 a seguir referem-se aos números consolidados da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas registraram um prejuízo de R\$ 2.566 em 2018, um prejuízo de R\$ 4.021 em 2017, ante um lucro líquido de R\$ 1.631 em 2016.

Inicialmente, ressaltamos que a comparação entre as demonstrações financeiras ano a ano fica prejudicada em razão da aquisição de sociedades controladas diretas e indiretas terem ocorrido em fevereiro de 2017, bem como da inexistência de informações financeiras consolidadas em 2016. O Demonstrativo de Resultado do Exercício acima reflete a contabilidade societária da Companhia e suas controladas para o ano de 2018 e 2017 e da controladora para 2016.

O prejuízo consolidado de 2018 e o prejuízo consolidado de 2017 ocorreram devido à diminuição do resultado financeiro da controladora Bahema S.A., da contabilização de juros sobre a dívida de aquisição da Escola da Vila, da amortização de mais valia pela mesma operação e do custo de manutenção da controladora, conforme detalhado a seguir. Esse prejuízo foi atenuado pelo resultado positivo da Escola da Vila que apresentou lucro operacional no exercício de 2017. Em 2018, a diminuição do resultado financeiro foi impactada por um menor nível de caixa, dado principalmente pelo pagamento da dívida de aquisição da Escola da Vila e demais investimentos, e pela redução do CDI em relação ao período anterior. Adicionalmente, a variação do resultado no comparativo de 2018 com 2017, desconsiderando o resultado financeiro, se deu basicamente pela diminuição no número de alunos e no aumento das despesas com pessoal ocorridos em 2018 na Escola da Vila, que apresentou um lucro menor em 2018. Temos que observar que a diminuição no número de alunos não se reflete de forma proporcional aos gastos administrativos, uma vez que esta movimentação, seja para mais ou seja para menos, não é condição determinante, de forma exclusiva, para modificação de gastos fixos da escola bem como do corpo docente. Vale ressaltar que mesmo com a diminuição do número de alunos a Companhia efetuou um aumento salarial superior ao estabelecido em convenção coletiva para reforçar a importância e valorização do corpo docente da Escola da Vila.

Para melhor compreensão, nesta análise do desempenho da Companhia e suas controladas, classificaremos as receitas e despesas administrativas em três grupos: Despesas Administrativas Ordinárias, Receitas e Despesas Financeiras e Receitas e Despesas Extraordinárias.

As Despesas Administrativas Ordinárias englobam a Remuneração da Administração, Despesas com Pessoal e as Despesas Gerais Administrativas, excluídas certas provisões, tratadas como extraordinárias para o fim deste relatório. O aumento de R\$ 2.433 ou 39% em 2018 com relação à 2017 nas rubricas de despesas com pessoal é principalmente devido ao aumento salarial ocorrido em 2018 na Escola da Vila. O aumento de R\$ 4.502 ou 249% em 2017 com relação à 2016 nas rubricas de despesas com pessoal é principalmente devido à consolidação do resultado consolidado do Centro de Formação de Professores, empresa controladora da Escola da Vila. Em 2018 a rubrica de Despesas Gerais Administrativas apresentou um aumento de R\$ 931 ou 9% impulsionada principalmente pelo reajuste dos aluguéis de nossas unidades operacionais. O aumento de R\$ 9.310 ou 627% na rubrica de Despesas Gerais Administrativas ocorreram também devido à consolidação do resultado do Centro de Formação de Professores e são compostas basicamente por pagamentos a serviços prestados por terceiros na operação das unidades escolares e aluguéis destas unidades.

As Receitas e Despesas Financeiras consolidadas registraram um ganho de R\$ 273 em 2018, uma perda líquida de R\$ 673 em 2017 e um ganho líquido de R\$4.840 em 2016, portanto um aumento de R\$ 946 ou 141% na comparação anual. No exercício de 2018, em comparação com 2017, tivemos uma diminuição da perda na rubrica de “ajuste a valor presente” sobre a dívida de aquisição no valor de R\$ 1.781 mil, pois o saldo da dívida foi significativamente diminuído em 2018 com os pagamentos efetuados, os quais somaram o montante de R\$ 11.766 em 2018. A variação apresentada de 2017 para 2016 ocorreu, devido à uma diminuição de R\$7.554mil ou -76% nas receitas financeiras da controladora Bahema S.A. Em 2016 foram resgatados em sua totalidade os fundos Teorema, já considerada a eliminação dos Ajustes de Avaliação Patrimonial decorrentes da marcação a mercado, gerando um ganho na alienação desses Investimentos, que cresceu para R\$ 4.632 mil. Em contrapartida, com a consolidação do resultado do Centro de Formação de Professores as despesas financeiras aumentaram R\$ 1.673 mil ou 32% para R\$ 3.477 mil que são compostos principalmente sobre os juros dos contratos de aquisição da Escola da Vila.

No grupo das Receitas e Despesas Extraordinárias incluem-se para fins deste relatório a constituição de provisões de diversas naturezas e as reversões de provisões dos exercícios anteriores. Nesse grupo registrou-se em 2018 uma ganho de R\$ 3.998, que foi devido principalmente ao ganho de R\$ 3.159 mil que é composto pela reversão da contraprestação contingente que a Companhia tinha com as sócias da Escola da Vila e pela reversão de parte da contraprestação trimestral, no valor de R\$ 211 mil, pela saída de uma das vendedoras também da Escola da Vila. Em 2017 registrou-se uma perda líquida de R\$259mil, o que representa uma redução de R\$582mil ou -180% ante 2016, essa perda ocorreu devido à despesa com amortização da mais-valia da aquisição da Escola da Vila no valor de R\$1.204mil e das reversões de provisão de contingências e de déficit atuarial no valor total de R\$642mil. Em 2016 foi registrado um ganho líquido de R\$323mil, enquanto no ano anterior foi reportada uma despesa líquida de R\$702mil. Além desse ajuste, o déficit atuarial sofreu nova redução em 2016, de R\$443mil, tanto em razão da valorização da carteira de ativos do plano de pensão quanto pela redução do valor presente das obrigações, conforme detalhado na Nota Explicativa 10 da demonstração financeira do exercício findo em 2016.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Veja item 10.2 a) acima.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Veja item 10.2 a) acima.

### 10.3 Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Conforme descrito no fato relevante divulgado em 03/12/2018, a Companhia está avaliando a aquisição, minoritária ou de controle, de duas escolas diferentes localizadas em importantes cidades brasileiras, além da aquisição de 15% de participação na escola Centro Viva no Rio de Janeiro que foi efetivada em 11 de fevereiro de 2018.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 29 de outubro de 2018, a Companhia realizou investimento adicional, mediante aporte de capital no valor de R\$ 450 contra a transferência de participação societária, representativa de até 4,5% do capital social da

Escola Mais Educação Ltda. Neste caso totalizando um investimento de R\$ 1.308 representativo de 15% do Capital Social da Escola Mais.

Em 11 de fevereiro de 2018 a Companhia, através de sua controlada direta Bahema Educação RJ S.A., adquiriu cotas representativas de 15% do Capital Social da Escola Centro Educacional Viva Ltda. (“Centro Viva”) pelo valor de R\$ 682mil. O contrato também oferece uma opção de compra de até 70% de quotas adicionais da Centro Viva, sendo 40% no 3º ano e 30% a partir do 5º ano.

**c) eventos ou operações não usuais**

Não houve eventos ou operações não usuais em 2018.

#### **10.4 Mudanças nas práticas contábeis**

**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

A Companhia adquiriu investimentos em controladas e coligadas no segmento de educação básica, e a partir de 2017 passou a divulgar demonstrações financeiras consolidadas, dessa forma algumas novas práticas contábeis foram estabelecidas para os exercícios a partir de 2017.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board – IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

**b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não houve.

**c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Na demonstração financeira consolidada do exercício de 2018 foi apresentada uma ênfase pelos auditores independentes devida à reapresentação dos valores correspondentes comparativos de 2017. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.6 da referida demonstração financeira, em decorrência da não consolidação da parcela de 20% atribuível aos acionistas não controladores sobre os ativos intangíveis identificados na combinação de negócios, os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

#### **10.5 Políticas contábeis críticas da Companhia:**

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

#### **b) Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras referem-se aos recursos aplicados em fundos de investimentos com prazo de resgate abaixo de 90 dias, caracterizando-se como equivalentes de caixa.

#### **c) Passivos financeiros não derivativos**

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. As receitas e despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

#### **d) Mensalidades escolares a receber**

Representam as mensalidades escolares já emitidas, porém não recebidas, acordos firmados com estudantes com mensalidades em atraso e cobranças judiciais. As antecipações recebidas no exercício corrente a título de antecipação escolar são classificadas no passivo circulante como adiantamento de alunos e reconhecidas ao resultado de acordo com o seu exercício de competência.

#### **e) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosas**

Constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades e negociações escolares a receber.

#### **f) Imobilizado Reconhecimento e mensuração**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, reconhecidos na rubrica “Despesas administrativas e gerais”.

#### **g) Depreciação**

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### **h) Reconhecimento e mensuração**

- **Ágio**

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

- **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos

- **Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

**i) Redução ao valor recuperável de ativos**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**j) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais (quando aplicável) incorridas até a data do balanço patrimonial.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**k) Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**l) Benefícios a empregados**

**(i) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**(ii) Plano de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas

antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

### **(iii) Plano de benefício definido**

A obrigação líquida da Companhia para o plano de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. Os acordos contratuais firmados entre o plano de benefício definido e a Companhia estão registrados no passivo circulante e não circulante na rubrica déficit atuarial a pagar. Qualquer alteração do referido acordo é ajustada contra o resultado do período em que ocorreu a alteração do acordo.

## **m) Investimentos**

### **i) Base de consolidação**

#### **Combinações de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

#### **Controladas**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

#### **Participação de acionistas não-controladores**

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

#### **Perda de controle**

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

### **Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas (aplicável apenas na controladora) e coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

### **Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de custo**

Os investimentos em empresas nas quais o Grupo não possui influência significativa, são registrados pelo valor justo ou ao custo, quando este for uma estimativa apropriada do valor justo, deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do exercício.

### **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

#### **ii) Apuração do resultado**

O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita da Companhia é composta basicamente pela prestação de serviços de ensino infantil, fundamental e ensino médio.

As receitas são reconhecidas de acordo com a NBC TG 47 (IFRS 15) – Receita com contratos de clientes, adotada pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida, onde a receita de prestação de serviços educacionais é reconhecida mensalmente conforme a prestação de serviços é realizada.

#### **n) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos

correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

**o) Instrumentos financeiros**

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

**(i) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros**

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

**(ii) Redução ao valor recuperável**

O possível efeito da adoção do CPC 48 / IFRS 9 sobre o valor contábil dos ativos financeiros poderia ser sobre as mensalidades a receber e outros recebíveis que eram classificados na categoria de empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38 / IAS 39 e agora são classificados ao custo amortizado, entretanto nenhum evento foi identificado que pudesse gerar efeitos na adoção do CPC 48/IFRS 9. Também não houve impacto na provisão para impairment destes recebíveis a serem reconhecidos no saldo de abertura em 1º de janeiro de 2018 na transição para o CPC 48 / IFRS 9.

**(iii) Derivativos e operações de hedge**

O Grupo não possui operação com transações de derivativos e/ou operações de hedge.

**10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) tais como:**

*i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

*ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades.

*iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

*iv. contratos de construção não terminada*

A Companhia não possui contratos de construção não evidenciados nas demonstrações financeiras.

*v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

A Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, além dos processos judiciais com probabilidade de perda possível mencionados no item 4.3 do formulário de referência.

**10.7 Comentários sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável, vide item 10.6 acima.

**10.8 Plano de negócios**

**a. investimentos**

*i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

Os investimentos previstos estão associados à manutenção de nossas unidades escolares, melhorias na infraestrutura de TI e softwares.

*ii. fontes de financiamento dos investimentos*

Os investimentos são financiados por nossa própria geração operacional de caixa. Caso haja necessidade adicional, serão estudados obtenção de empréstimos e financiamentos.

*iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

Não há desinvestimentos previstos.

**b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Conforme descrito no fato relevante divulgado em 03/12/2018, a Companhia está avaliando a aquisição, minoritária ou de controle, de duas escolas diferentes localizadas em importantes cidades brasileiras, além da aquisição de 15% de participação na escola Centro Viva no Rio de Janeiro que foi efetivada em 11 de fevereiro de 2018.

**c. novos produtos e serviços**

*i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*

Não aplicável. Não temos pesquisas em andamento já divulgadas.

*ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não aplicável. Não temos pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

*iii. projetos em desenvolvimento já divulgados*

Não aplicável.

*iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não aplicável.

#### **10.9 Outros fatores com influência relevante**

Não existem outros fatores com influência relevante.

## **ORDEM DO DIA**

**(ii) aprovar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, com a utilização de reserva legal para absorção do prejuízo apurado.**

O prejuízo da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 2.108 mil.

Conforme previsto no art. 189, parágrafo único da Lei das Sociedades por Ações, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Com base no artigo mencionado, a Administração da Companhia submete aos acionistas, recomendando a sua aprovação em AGO, a seguinte absorção do prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, com base no artigo 189 supracitado:

a) absorção do prejuízo acumulado pela reserva legal no montante de R\$ 2.066 mil.

Após a absorção integral do prejuízo do exercício proposto acima, o saldo da Reserva Legal no montante de R\$ 2.239 mil, passa a ser de R\$ 173 mil.

As informações referentes à absorção do prejuízo ora proposta estão devidamente refletidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, as quais foram amplamente divulgadas, nos termos da legislação vigente.

**Ressalte-se que a Companhia está dispensada de prestar as informações requeridas pelo “Anexo 9-1-II” da Instrução CVM nº 481/2009, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.**

**ORDEM DO DIA:**

*(iii) definir o número de membros do Conselho de Administração e eleger os membros do Conselho de Administração*

**PROPOSTA PARA A ELEIÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

**Número de Conselheiros.**

Conforme dispõe o Artigo 13 do Estatuto Social, o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo, 10 (dez) membros e respectivos suplentes, com mandato unificado de 2 (dois) anos. Atualmente o Conselho de Administração da Companhia é composto por 14 (sete) membros, sendo 7 (sete) titulares e 7 (sete) suplentes. A proposta da Administração é manter o número de membros de 7 (sete) titulares e 7 (sete) suplentes.

**Eleição dos Membros do Conselho de Administração**

Após a definição do número de membros do Conselho de Administração. A Administração propõe a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, para o mandato unificado de 2 (dois) anos:

<b>Membros Efetivos</b>	<b>Membros Suplentes</b>
Guilherme Affonso Ferreira	Monica Affonso Ferreira Mation
Afrânio Affonso Ferreira Neto	Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi
João Alceu Amoroso Lima	Bruno Bertolucci Belliboni
Cássio Beldi	Daniel Trevisan Aidar
Franco Rossato Dal Pont	Geraldo Bernardes Franco de Moura
Maria Fernanda Rocha Tabacow	Romulo Faccini Castanho
Marcelo Walton	Ricardo Parciasepe Dittmer

Em atendimento ao artigo 10 da Instrução CVM 481, seguem abaixo as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia.

**Informações necessárias para eleição dos Administradores da Companhia, em atendimento ao art. 10 da Instrução CVM nº 481** – Informações do item 12.5 a 12.10 do formulário de referência

<b>Guilherme Affonso Ferreira</b>	<b>Monica Affonso Ferreira Mation</b>
Profissão: Empresário	Profissão: Engenheira
CPF: 762.604.298-00	CPF: 005.695.638-01
Cargo eletivo ocupado: Presidente do Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado: Conselho de Administração (Suplente)
Data da eleição: 29/04/2019	Data da eleição: 29/04/2019
Data da posse: 29/04/2019	Data da posse: 29/04/2019
Prazo do Mandato: 02 anos	Prazo do Mandato: 02 anos
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: Membro do Comitê de Governança.	Outros Cargos ou funções exercidas no emissor Não exerce outros cargos e funções no emissor.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não	Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não
Número de mandatos consecutivos: 01	Número de mandatos consecutivos: 01
Currículo: Nos últimos 5 anos atuou como (i) membro do Conselho de Administração de diversas empresas líderes em seus setores de atuação, como Arezzo, Companhia Brasileira de Distribuição, Gafisa, Petrobrás, SulAmérica, Tavex Algodonera, Time For Fun e Valid; (ii) membro do Conselho Consultivo da gestora de fundos de investimentos Tarpon; (iii) Diretor do Instituto de Cidadania Empresarial; (iv) Diretor Superintendente e Diretor de Relação com Investidores da Bahema S.A.; (v) Presidente da controlada Bahema Participações S.A, incorporada pela Companhia em julho/2014.	Currículo: Engenheira de Alimentos pela Unicamp (1976), Mestre em Engenharia Bioquímica pelo MIT (1980), MBA em Gestão Projetos pela FGV (2003) e certificada PMP (Project Management Professional desde 2010. Durante mais de 35 anos atuou no projeto e gestão da implantação de indústrias químicas, petroquímicas, óleo&gas, etc. É fundadora e atual presidente da ONG Casa da Amizade, que nos últimos 22 anos que atuando na comunidade de Paraisópolis com foco em Educação de crianças e jovens. É membro ativo do Grupo de Trabalho de Educação do Forum Multientidades de Paraisópolis.
Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 100%	Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 0%
Sr. Guilherme Affonso Ferreira declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.	Monica Affonso Ferreira Mation declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
<b>Afrânio Affonso Ferreira Neto</b>	<b>Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi</b>
Data de nascimento: 13/04/1970	Data de nascimento: 12/12/1945
Profissão: Advogado	Profissão: Socióloga
CPF: 130.317.588-62	CPF: 526.375.148-68

Cargo eletivo ocupado: Conselho de Administração (Efetivo)	Cargo eletivo ocupado: Conselho de Administração (Suplente)
Data da eleição: 29/04/2019	Data da eleição: 29/04/2019
Data da posse: 29/04/2019	Data da posse: 29/04/2019
Prazo do Mandato: 02 anos	Prazo do Mandato: 02 anos
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor Membro do Comitê de Governança.	Outros Cargos ou funções exercidas no emissor Não exerce outros cargos e funções no emissor.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não	Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:
Número de mandatos consecutivos: 01	Número de mandatos consecutivos: 01
Currículo: Nos últimos 5 anos atuou advogado e como membro titular do Conselho de Administração da Bahema S.A.. O Sr. Afranio Affonso Ferreira Neto, membro efetivo do Conselho de Administração eleito em 29.04.2016.	Currículo: Nos últimos 5 anos foi Professora Catedrática da Universidade de São Paulo (USP) e membro suplente do Conselho de Administração da Bahema S.A.
Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 100%	Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 0%
Sr. Afrânio Affonso Ferreira Neto declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.	Sra. Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
<b>João Alceu Amoroso Lima</b>	<b>Bruno Bertolucci Belliboni</b>
Profissão: Economista	Profissão: Administrador
CPF: 787.488.287-34	CPF: 369.514.748-26
Cargo eletivo ocupado: Conselho de Administração (Efetivo)	Cargo eletivo ocupado: Conselho de Administração (Suplente)
Data da eleição: 29/04/2019	Data da eleição: 29/04/2019
Data da posse: 29/04/2019	Data da posse: 29/04/2019
Prazo do Mandato: 02 anos	Prazo do Mandato: 02 anos
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor Não exerce outros cargos e funções no emissor.	Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: Diretor sem designação específica
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não	Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não
Número de mandatos consecutivos: 00	Número de mandatos consecutivos: 00
Currículo: Atual Presidente da FenaSaúde – Federação Nacional de Saúde Suplementar, além de exercer desde de 2014 o cargo de Vice Presidente responsável pelas operações de Planos Odontológicos e Serviços de Medicina Ocupacional do Grupo Notredame Intermédica	Currículo: Nos últimos 5 anos foi diretor administrativo e financeiro do Colégio Pentágono e, atualmente, diretor da ABEPAR. O Sr. Bruno Bertolucci Belliboni é Diretor da Companhia e foi eleito em 14.02.2017.

Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 0%	Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 0%
Sr. João Alceu Amoroso Lima declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.	Sr. Bruno Bertolucci Belliboni declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
<b>Cássio Beldi</b>	<b>Daniel Trevisan Aidar</b>
Profissão: Administrador de Empresas	Profissão: Administrador de empresas
CPF: 322.292.768-59	CPF: 348.713.748.82
Cargo eletivo ocupado: Vice Presidente Cons. de Administração	Cargo eletivo ocupado: Conselho de Administração (Suplente)
Data da eleição: 29/04/2019	Data da eleição: 29/04/2019
Data da posse: 29/04/2019	Data da posse: 29/04/2019
Prazo do Mandato: 02 anos	Prazo do Mandato: 02 anos
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor Membro do Comitê Financeiro de do Comitê de Remuneração.	Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: Não exerce outro cargo ou função no emissor
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não	Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não
Número de mandatos consecutivos: 01	Número de mandatos consecutivos: 00
Currículo: sócio e diretor da Mint Capital e da Batalha Capital Management. Anteriormente, trabalhou na área de Family Offices do Itaú-Unibanco, Portfolio Management no Santander Private Banking da Suíça e analista de investimentos de um single family office. É membro do advisory board do innovation centre da Dinamarca no Brasil e do conselho da Minze Seguros. Administrador de empresas pela FAAP com extensão pela Universidad de Barcelona, Peking University, Fundação Dom Cabral e London School of Economics. Possui MBA pela Columbia University e London Business School.	Currículo: fundador da MD Trevisan. Foi sócio e conselheiro da Minze Seguros. Administrador de empresas pela FAAP.
Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 100%	Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 0%
Sr. Cássio Beldi declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse	Sr. Daniel Trevisan Aidar declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a

por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.	inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
<b>Franco Rossato Dal Pont</b>	<b>Geraldo Bernardes Franco de Moura</b>
Profissão: Economista	Profissão: administrador
CPF: 036.009.566-63	CPF:953 746 636-15
Cargo eletivo ocupado: Conselho de Administração (Efetivo)	Cargo eletivo ocupado: Conselho de Administração (Suplente)
Data da eleição: 29/04/2019	Data da eleição: 29/04/2019
Data da posse: 29/04/2019	Data da posse: 29/04/2019
Prazo do Mandato: 02 anos	Prazo do Mandato: 02 anos
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor Membro do Comitê de Remuneração.	Outros Cargos ou funções exercidas no emissor: Não exerce outro cargo ou função no emissor
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não	Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não
Número de mandatos consecutivos: 01	Número de mandatos consecutivos: 00
Currículo: sócio e diretor da Mint Capital e da Batalha Capital Management. Anteriormente, Franco foi membro da equipe de investimentos do Brasil Sustentabilidade FIP, um Fundo de Investimentos em Participações em empresas (Private Equity). Anteriormente, foi Analista de Renda Variável na Latour Capital, um Family Office baseado em São Paulo. Ele começou sua carreira no Citigroup. Ele é Economista pela FAAP-SP com extensão na London School of Economics. Possui MBA pela Columbia University.	Currículo: conselheiro da Plantar Siderúrgica SA. É investidor em diversas startups nas áreas de tecnologia, mídia e finanças. Anteriormente Geraldo foi CEO da Plantar SA empresa líder no setor florestal brasileiro. Anteriormente foi Associate na Brookfield Asset Management em Nova Iorque. Ele é graduado em Administração de Empresas com MBA pela Johnson School at Cornell University.
Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 100%	Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 0%
Sr. Franco Rossato Dal Pont declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.	Sr. Geraldo Bernardes Franco de Moura declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
<b>Maria Fernanda Rocha Tabacow</b>	<b>Romulo Faccini Castanho</b>
Profissão: Advogada	Profissão: Administrador de empresas
CPF: 204.956.538-02	CPF: 275.264.818-93
Cargo eletivo ocupado: Conselho de Administração (Efetivo)	Cargo eletivo ocupado: Conselho de Administração (Suplente)

Data da eleição: 29/04/2019	Data da eleição: 29/04/2019
Data da posse: 29/04/2019	Data da posse: 29/04/2019
Prazo do Mandato: 02 anos	Prazo do Mandato: 02 anos
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor Membro do Comitê Financeiro.	Outros Cargos ou funções exercidas no emissor Não exerce outros cargos e funções no emissor.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não	Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não
Número de mandatos consecutivos: 01	Número de mandatos consecutivos: 01
Currículo: Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie, formada em Pedagogia pela Unip, Mestre em Educação pela PUC de Campinas. Atua na área da educação desde 1999, com experiência em docência no Ensino Superior, coordenação pedagógica e direção escolar.	Currículo: diretor da Atmo Educação. Anteriormente foi sócio do Spa Sorocaba e, entre 1998 e 1999, trabalhou no Banco Citibank S.A. Formado pela FAAP com pós graduação na ESPM.
Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 100%	Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 0%
Sra. Maria Fernanda Rocha Tabacow declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.	Sr. Romulo Faccini Castanho declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
<b>Marcelo Walton</b>	<b>Ricardo Parciasepe Dittmer</b>
Profissão: Administrador de empresas	Profissão: Administrador de empresas
CPF: 369.814.178-71	CPF: 406.201.968-07
Cargo eletivo ocupado: Conselho de Administração (Efetivo)	Cargo eletivo ocupado: Conselho de Administração (Suplente)
Data da eleição: 29/04/2019	Data da eleição: 29/04/2019
Data da posse: 29/04/2019	Data da posse: 29/04/2019
Prazo do Mandato: 02 anos	Prazo do Mandato: 02 anos
Outros Cargos ou funções exercidas no emissor Não exerce outros cargos e funções no emissor.	Outros Cargos ou funções exercidas no emissor Não exerce outros cargos e funções no emissor.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não	Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não
Número de mandatos consecutivos: 00	Número de mandatos consecutivos: 01
Currículo: sócio da Mint Capital. Anteriormente, trabalhou na área de novos negócios da Otinga Investimentos. Fez parte do corpo executivo da Cell Site Solutions, empresa do portfólio da Gávea Investimentos e Goldman Sachs. Trabalhou na área de private equity do Pátria Investimentos, onde participou da gestão da Zipco Sistemas Construtivos, companhia	Currículo: sócio e analista de investimentos da Mint Capital. Anteriormente trabalhou na Neoway Business Solutions como responsável por contas financeiras. Formado em Administração pelo Insper-SP, completou o curso de Bruce Greenwald de Value Investing na Columbia Business School.

<p>investida do fundo. Formado em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas.</p>	
<p>Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 0%</p>	<p>Informar o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: 0%</p>
<p>Sr. Marcelo Walton declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>	<p>Sr. Ricardo Parciasepe Dittmer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

## **ORDEM DO DIA:**

*(iv) fixar o montante global da remuneração dos administradores para o exercício de 2019.*

A Administração da Companhia propõe à Assembleia a aprovação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019, a se encerrar em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais).

Em atendimento ao inciso II do artigo 12 da Instrução CVM 481, seguem abaixo as informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência da Companhia.

## **ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

### **13. Remuneração dos Administradores**

#### **13.1 Política ou prática de remuneração dos administradores**

**a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

Manter a remuneração atualizada monetariamente através dos reajustes anuais e assegurar uma remuneração total superior à média do mercado, em empresas de atividade e porte semelhantes, de forma a assegurar a permanência dos administradores e colaboradores.

Para isso, a Companhia conta com um comitê de remuneração, formalmente constituído em RCA de 22 de dezembro de 2017, que coordena os planos de remuneração e apresenta para aprovação pelo Conselho da Companhia.

Também está em vigor um Plano de Opções, aprovado em AGE de 02 de outubro de 2017 e que pode ser consultado pelo link [http://bahema.com.br/wp-content/uploads/sites/21/2017/10/BAHEMA\\_PlanodeRemuneracao\\_02102017.pdf](http://bahema.com.br/wp-content/uploads/sites/21/2017/10/BAHEMA_PlanodeRemuneracao_02102017.pdf).

A Companhia não possui uma política de remuneração formalizada.

**b. composição da remuneração, indicando:**

*i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles*

**1) Conselho de Administração**

A remuneração é composta exclusivamente pelo pró-labore, mensal e fixo, totalizando doze pagamentos por ano, reajustado anualmente e limitado ao montante global anual aprovado pela Assembleia Geral. Por decisão tomada em RCA em 18 de outubro de 2017, apenas o membro efetivo independente do Conselho de Administração, Oswaldo Soares Lopes Filho, recebe pró-labore. Os conselheiros suplentes só têm direito à remuneração no caso de substituição do titular.

## **2) Diretoria**

A remuneração é composta por uma parcela fixa e outra variável. A parcela fixa é paga na forma de pró-labore mensal, totalizando doze pagamentos por ano, reajustado anualmente. A parcela variável é paga na forma de bônus anual, a ser discricionariamente distribuído entre os membros da diretoria conforme for deliberado pelo Conselho de Administração. A Companhia aprovou na AGE de 02 de outubro de 2017 a instituição de um Plano de Opções de Compra de Ações (“Plano”), no entanto até o momento não houve nenhuma outorga de opções nos termos do Plano. Os membros da diretoria fazem jus, ainda, ao pagamento de plano de saúde.

## **3) Conselho Fiscal**

Não há Conselho Fiscal instalado.

### ***ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total***

Nos 3 últimos exercícios não foi feito o pagamento de qualquer remuneração variável aos administradores, 100% da remuneração total foi paga via pro labore mensal fixo. Para 2019, a expectativa é que no máximo 20% da remuneração global aprovada seja paga como remuneração fixa. O restante poderá ser pago como remuneração variável ou via incentivo de longo prazo por meio da outorga de opções nos termos do Plano já aprovado.

### ***iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração***

A determinação dos valores do pró-labore fixo mensal dos administradores é feita no âmbito do Conselho de Administração, com auxílio de um comitê de remuneração instituído em RCA de 22 de dezembro de 2017, limitada a remuneração ao montante global aprovado pela Assembleia Geral, e atualizada monetariamente anualmente, de forma a preservar o poder aquisitivo, e visando ser compatível com os valores praticados no mercado pelas empresas de atividade e porte semelhantes. Ao longo do tempo, os Diretores poderão fazer jus a aumentos reais por mérito. Quanto à parte variável, na eventual aprovação do bônus anual, os valores individuais serão discricionariamente deliberados pelo Conselho de Administração, com auxílio do comitê de remuneração, sendo certo que o valor total da parte variável somado ao pró-labore fixo não poderá exceder o montante global aprovado pela Assembleia Geral. Quanto à parcela da remuneração variável proporcionada pelo Plano de Opções, será decorrente das premissas previamente

estabelecidas pelo Conselho de Administração, nos termos do Anexo 13 da Instrução CVM 481/09 e do Regulamento do Plano.

***iv. razões que justificam a composição da remuneração***

Nos últimos anos a Companhia começou um novo ciclo de investimentos em educação, concretizado nas participações adquiridas em escolas conforme Fato Relevante de 14 de fevereiro de 2017. Esses investimentos têm objetivos de retorno de longo prazo. Sendo assim, os retornos esperados ainda não se materializaram, por isso não faria sentido uma remuneração variável para os administradores. Por outro lado, o alinhamento dos incentivos com os acionistas se dá via programas de longo prazo, como opções de ações que devem ser outorgadas conforme o Plano já aprovado.

***v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato***

Atualmente 6 membros titulares do Conselho de Administração decidiram, conforme ata de RCA de 18 de outubro de 2017, renunciar ao direito de receber qualquer remuneração fixa pelo seu trabalho. Os conselheiros entendem que a Companhia está começando uma nova fase de investimentos, em um setor diferente, e que por isso sua remuneração deve se basear exclusivamente no sucesso dessa nova fase.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:**

Os indicadores e metas que nortearão a remuneração variável e a aplicação do Plano serão determinados anualmente pelo Conselho de Administração, com auxílio do comitê de remuneração, conforme detalhado no Regulamento do Plano. Mas obrigatoriamente levarão em conta o retorno sobre o investimento (“ROIC”), considerando a geração de caixa operacional (EBITDA) das controladas e da controladora e o valor investido nas compras de participações.

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:**

A partir de discussões entre a diretoria e o comitê de remuneração se cria uma meta global da Companhia, sempre atrelada ao retorno sobre o investimento (“ROIC”) considerando a geração de caixa operacional (EBITDA) das controladas e da controladora e o valor investido nas compras de participações, que vai servir como um gatilho para a remuneração variável dos executivos. A partir disso, metas individuais são traçadas para cada executivo, levando em consideração aspectos qualitativos e quantitativos. O acompanhamento constante do atingimento dessas metas é feito individualmente e no final do período de avaliação se dá uma nota individual com base nos resultados atingidos e que, em composição com a meta global, vai definir a remuneração de cada executivo.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:**

A remuneração fixa serve como um alinhamento de curto prazo com os executivos, os atraindo para a Companhia. Já a remuneração variável se alinha com as metas de médio prazo, já que seu pagamento é anual e baseado no resultado que o executivo trouxe ao longo daquele período, baseado também em aspectos qualitativos que ajudam a Companhia a estar estruturada para gerar bons resultados nos anos seguintes. Por último, o Plano de Opções serve para alinhar os interesses no longo prazo, já que prevê a possibilidade de um período de carência (*vesting*) para o exercício das opções.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:**

A remuneração dos membros da administração é integralmente paga pela Companhia.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:**

Não há.

**h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

***i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam***

O comitê de remuneração é responsável por preparar uma proposta de remuneração para os membros da administração e apresentar ao conselho de administração da Companhia para aprovação final. A diretoria é responsável pela medição e acompanhamento de eventuais metas globais e individuais definidas para os administradores.

***ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos***

É feito um estudo com abrangência limitada, usando informações públicas, para comparação da remuneração dos administradores com a média de mercado. O comitê de remuneração costuma desenhar um plano que inclua uma remuneração fixa abaixo da média de mercado mas que seja compensando por uma remuneração variável ou via incentivos de longo prazo que compense isso.

*iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor*

O Conselho de Administração avalia anualmente a proposta do comitê de remuneração para a definição da remuneração dos administradores da Companhia.

**13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

<b>Exercício social de 2019 (previsão)</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>TOTAL</b>
Número de membros	7	3	0	10
Número de membros remunerados	1	3	0	4
<b>Remuneração fixa anual</b>	50.000,00	1.124.000,00		1.174.000,00
- Salário ou pró-labore	50.000,00	1.080.000,00		1.130.000,00
- Benefícios diretos e indiretos		44.000,00		44.000,00
- Participações em comitês				
- Outros				
<b>Remuneração Variável</b>				
- Bônus				
- Participação nos resultados				
- Participação em reuniões				
- Comissões				
- Outros				
<b>Pós-emprego</b>				
<b>Cessação do cargo</b>				
<b>Baseada em ações</b>		4.000.000,00		4.000.000,00
<b>Encargos Patronais (INSS)</b>	10.000,00	216.000,00		226.000,00
<b>Total da remuneração</b>	60.000,00	5.340.000,00		5.400.000,00

<b>Exercício social de 2018</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>TOTAL</b>
Número de membros	7	3	0	10

Número de membros remunerados	1	3	0	4
<b>Remuneração fixa anual</b>	45.549,36	869.657,46		915.206,82
- Salário ou pró-labore	45.549,36	840.000,00		885.549,36
- Benefícios diretos e indiretos		29.657,46		29.657,46
- Participações em comitês				
- Outros				
<b>Remuneração Variável</b>				
- Bônus				
- Participação nos resultados				
- Participação em reuniões				
- Comissões				
- Outros				
<b>Pós-emprego</b>				
<b>Cessação do cargo</b>				
<b>Baseada em ações</b>				
<b>Encargos Patronais (INSS)</b>	9.109,87	168.000,00		177.109,87
<b>Total da remuneração</b>	54.659,23	1.037.657,46		1.092.316,69

<b>Exercício social de 2017</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>TOTAL</b>
Número de membros	7	3	0	10
Número de membros remunerados	7	3	0	10
<b>Remuneração fixa anual</b>	200.417,18	873.600,00		1.074.017,18
- Salário ou pró-labore	200.417,18	873.600,00		1.074.017,18
- Benefícios diretos e indiretos				
- Participações em comitês				
- Outros				
<b>Remuneração Variável</b>				
- Bônus				
- Participação nos resultados				
- Participação em reuniões				
- Comissões				

- Outros				
<b>Pós-emprego</b>				
<b>Cessação do cargo</b>				
<b>Baseada em ações</b>				
<u>Total da remuneração</u>	200.417,18	873.600,00		1.074.017,18

<b>Exercício social de 2016</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>TOTAL</b>
Número de membros	4	2	0	6
Número de membros remunerados	4	2	0	6
<b>Remuneração fixa anual</b>	182.197,44	272.109,66		454.307,10
- Salário ou pró-labore	182.197,44	272.109,66		454.307,10
- Benefícios diretos e indiretos				
- Participações em comitês				
- Outros				
<b>Remuneração Variável</b>				
- Bônus				
- Participação nos resultados				
- Participação em reuniões				
- Comissões				
- Outros				
<b>Pós-emprego</b>				
<b>Cessação do cargo</b>				
<b>Baseada em ações</b>				
<u>Total da remuneração</u>	182.197,44	272.109,66		454.307,10

### 13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria foi fixa nos 3 últimos exercícios, e não há Conselho Fiscal instalado.

Dados os resultados de 2018, não haverá remuneração variável paga em 2019 para o Conselho de Administração e para a Diretoria.

**13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrevendo:**

A Companhia conta atualmente com um único Plano de Opções em vigor, aprovado em AGE em 02 de outubro de 2017. Ainda não houve nenhuma outorga de opção com base no plano, que pode ser acessado pelo link [http://bahema.com.br/wp-content/uploads/sites/21/2017/10/BAHEMA\\_Plano-de-Remuneracao\\_02102017.pdf](http://bahema.com.br/wp-content/uploads/sites/21/2017/10/BAHEMA_Plano-de-Remuneracao_02102017.pdf). Existe a possibilidade de se aprovar a outorga de opções com valor de prêmio de até R\$4.000.000,00 para a diretoria estatutária, referentes ao período de 2019.

**13.5 Informações a respeito da remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não houve pagamento de remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios sociais.

**13.6 Informações a respeito das opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social**

Não aplicável.

**13.7 Informações a respeito das opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais**

Não aplicável.

**13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)**

Não aplicável.

**13.9 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão**

<b>Órgão</b>	<b>Ações/cotas detidas</b>
<b>Conselho de Administração</b>	88.572 ações
<b>Diretoria</b>	136.563 ações

<b>Conselho Fiscal</b>	Não instalado
------------------------	---------------

**13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não aplicável.

**13.11 Informações a respeito da remuneração, nos 3 últimos exercícios sociais, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Nº de membros	2	3	3	4	7	7
Valor da maior remuneração (Reais)	114.000,00	480.000,00	576.000,00	45.549,36	40.994,42	54.659,23
Valor da menor remuneração (Reais)	20.967,27	196.800,00	230.828,73	45.549,36	-	-
Valor médio da remuneração (Reais)	57.000,00	291.200,00	345.885,82	45.549,36	22.268,58	7.808,46

**13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para o emissor)**

A Companhia não adota uma política específica que contemple remuneração para a rescisão ou aposentadoria de administradores em caso de demissão ou aposentadoria. Vale observar que a apólice de seguros de responsabilidade civil para seus administradores, contratada pela Companhia, não oferece cobertura relacionada à demissão. Em vez disso, apenas oferece proteção financeira e tranquilidade para executar suas tarefas diárias.

**13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação aos 3 últimos exercícios sociais**

2018 – Não aplicável, pois a Companhia deixou de ter controlador definido;

2017 – Não aplicável, pois a Companhia deixou de ter controlador definido;

2016

Órgão	Nº de membros	% remuner
Conselho de Administração	2	50%
Conselho fiscal	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	3	100%

<b>Total geral</b>	<b>5</b>	<b>80%</b>
--------------------	----------	------------

**13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais**

2018

<b>Órgão</b>	<b>Valor</b>
Conselho de Administração	R\$682.752,82
Conselho Fiscal	-
Diretoria Estatutária	-
<b>Total</b>	<b>R\$682.752,82</b>

Foi feito um pagamento de R\$535.052,82 para o escritório de advocacia do qual um dos conselheiros é sócio, referente a pagamento pelo sucesso em um processo antigo enfrentado pela Companhia e que já estava parcialmente provisionado no balanço.

Foram feitos pagamentos de R\$147.700,00 para a Escola Parque, que tem um dos conselheiros como seu sócio, referente a serviços de consultoria para aumento no número de alunos na escola Balão Vermelho em Belo Horizonte prestados para a Companhia.

2017 – Não houve.

2016 – Não houve.

**13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais**

2018

<b>Órgão</b>	<b>Valor Recebido</b>
Conselho de Administração	R\$76.947,48
Conselho Fiscal	-
Diretoria Estatutária	-
<b>Total</b>	<b>R\$76.947,48</b>

O valor se refere ao pró labore (incluindo encargos e benefícios) que uma das conselheiras suplentes recebe como diretora da Escola da Vila, controlada indireta da Companhia.

2017 – Não houve.

2016 – Não houve.

### **13.16 Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.